



A Interface entre Gênero, Trabalho e Velhice: novos desafios para o Serviço Social

Leonia Capaverde Bulla (1) Rosilaine Brasil Kunzler (2) Vanessa Castro Alves (3)

(1) Pós Doutora em Serviço Social pela Universidade de Kassel/Alemanha. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais - NEDEPS e do Grupo de Pesquisa em Gerontologia Social PUCRS/CNPq. E-mail: lbulla@pucrs.br

(2) Bolsista PNPd/CAPES. Membro do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS. E-mail: rosilaine.kunzler@pucrs.br

(3) Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS. Tutora do Curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera. Membro da Equipe de Pesquisadores do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais - NEDEPS. E-mail: vanessa.alves@acad.pucrs.br

RESUMO: *O presente artigo é parte de uma ampla pesquisa desenvolvida desde 2012 e versa sobre as transformações societárias que incidem no fazer profissional do Serviço Social, exigindo dos profissionais competências teórico-metodológicas que atendam as demandas frente às novas expressões do cotidiano. Nos campos de atuação profissional como nas diferentes áreas que impulsionam a pesquisa em Serviço Social, aumentam os estudos sobre questões de gênero e a longevidade humana com ênfase na velhice. No campo acadêmico as temáticas são objeto de discussões multidisciplinares e despertam o interesse de pesquisadores para a produção de conhecimento.*

Palavras-chave: *Gênero; Cultura; Velhice; Trabalho; Aposentadoria.*

ABSTRACT: *This article is part of a broad research conducted in 2012 and deals with the societal changes that affect the professional do social service, requiring professional theoretical and methodological skills that meet the demands in the face of new expressions of everyday life. In professional fields of activity and in different areas that drive the research in Social Work, increase studies on gender issues and human longevity with an emphasis on old age. In the academic field the themes are the subject of multidisciplinary discussions and awaken the interest of researchers for the production of knowledge.*

Keywords: *Gender; Culture; Old age; Work; Retirement.*



1. INTRODUÇÃO

O assistente social por meio de sua prática profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde atua, é desafiado cotidianamente a dar respostas às novas exigências impostas pelas transformações sociais oriundas das novas configurações do capitalismo mundializado. Desse modo, a formação e o exercício profissional devem estar em consonância com essas requisições, desenvolvendo habilidades e competências que permita ao assistente social intervir junto às novas demandas. No campo acadêmico, torna-se imprescindível discutir e aprofundar novas temáticas, destacando-se as questões de gênero associadas à velhice.

Com o aumento da longevidade, constata-se nos países desenvolvidos, assim como nos periféricos, dentre esses o Brasil, a predominância de mulheres com mais de 60 anos, caracterizando o fenômeno conhecido como “feminização da velhice” (CAMARANO, 2004). No Brasil, as mulheres idosas representam um contingente de 8,9 milhões, o que equivale a 62,4% da população idosa (IBGE, 2014). Na expectativa de vida populacional, existe, portanto, uma desigualdade de gênero.

Dessa forma, compreende-se que, embora o processo de envelhecimento seja universal, é atravessado por questões de gênero, uma vez que existem mais mulheres com mais de 60 anos do que homens, conforme referido anteriormente. Além disso, Camarano (2004) destaca que as mulheres apresentam importantes demandas por políticas públicas, tendo em vista que grande parcela é viúva, com pouca ou sem experiência na modalidade de trabalho formal, com baixa escolaridade e condições precárias de saúde.

As reflexões aqui apresentadas são fruto de uma pesquisa ampla intitulada “Relações de Gênero, Trabalho e Aposentadoria: um diálogo necessário sobre a família, o cotidiano, as relações sociais e as condições de vida na velhice”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq). Nesse sentido, as considerações não pretendem ser definitivas ou generalizadas, mas ampliadas se as considerarmos a partir de outros estudos que investigam a mesma temática.

2. O SERVIÇO SOCIAL EM SINTONIA COM OS NOVOS TEMPOS

As profundas transformações societárias evidenciadas no cenário contemporâneo, em decorrência do capitalismo globalizado, num mundo guiado pelo modelo socioeconômico neoliberal, intensificaram as desigualdades sociais trazendo à tona novas e velhas manifestações da questão social que se reproduzem mundialmente, não somente nos



países periféricos. Esse modelo neoliberal, iniciado na década de 1980 e acentuado nos anos 1990, no qual o mercado é quem rege a economia e a sociedade provocou ajustes e reformas que implicaram de forma negativa nas políticas sociais, pois impôs a minimização da intervenção do Estado no que se refere aos direitos sociais. A partir dessa nova regulação observam-se alterações no mundo do trabalho, com a flexibilização e precarização dos empregos e salários, subcontratações, diminuição das formas de trabalho estáveis, medidas adotadas para o enfrentamento de problemas inflacionários e a crise fiscal do Estado (PEREIRA, 2009), que impactaram no modo de vida da população, ampliando-se a desproteção social.

Diante dessas transformações evidenciadas com o avanço da mundialização neoliberal, constatam-se repercussões no interior das diversas profissões, dentre essas o Serviço Social, exigindo dos profissionais competências teórico-metodológicas que possam dar conta do atendimento das necessidades sociais da população. O assistente social depara-se com muitos desafios em relação às novas demandas que lhe são impostas no cotidiano profissional e que necessitam ser decifradas para seu enfrentamento, uma vez que esse novo desenho da questão social em suas diversas expressões vem atingindo diferentes segmentos da população. Para tanto, torna-se imperativo que a formação em Serviço Social esteja em constante processo de revisão, atualização e qualificação, tendo como horizonte a leitura crítica da realidade que é dinâmica, buscando uma intervenção pautada nos valores éticos da profissão, que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O assistente social possui um papel fundamental no enfrentamento das demandas já consolidadas, quanto as que emergem, pois atua “nos processos relacionados à reprodução social da vida, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vive a população em geral e, sobretudo, os setores mais empobrecidos da sociedade” (YASBEK, 2004, p. 13-14). Dessa forma, a intervenção profissional produz resultados na vida dos sujeitos atendidos, na medida em que possibilita o acesso a bens, serviços, programas e políticas sociais. Tendo em vista que o Serviço Social atua diretamente junto às Políticas Sociais e direitos sociais, a profissão precisa estar a par dos desafios que atravessam a realidade social na qual intervém, agregando novos elementos na formação dos estudantes e dialogando com a teoria social crítica.

De acordo com Yamamoto (2010) é de grande relevância a formulação de pesquisas e projetos que objetivem a apreensão das condições de vida e trabalho dos segmentos populacionais que demandam o atendimento dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. A concentração de dados e informações sobre esses sujeitos e os processos sociais que vivenciam poderá subsidiar ações capazes de proporcionar-lhes a concretização de seus direitos. É necessário, no entanto, que os resultados desses estudos e pesquisas



relacionados a determinados fenômenos sejam incorporados nos processos formativos. “De muito pouco serve a pesquisa original e rigorosa de fenômenos emergentes se ela não passa a formar parte do acervo real da profissão, atualizando os conhecimentos dos assistentes sociais [...]” (MONTAÑO, 2009).

Repensar a formação do Serviço Social na trilha dos novos desafios apresentados na realidade social, requer a apreensão de novos conteúdos e metodologias. Nesse sentido, o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais está permeado por questões de gênero, presentes nas demandas trazidas pelos usuários, uma vez que o gênero atravessa todas as políticas sociais, nas quais o Serviço Social opera. Essa tendência também está presente se analisarmos empiricamente a chamada “marca feminina” da profissão da área do Serviço Social, seja pela condição de sexo da maioria que compõe a categoria profissional, seja pela constatação feita pelos assistentes sociais em seus campos de trabalho, de que as demandas que chegam ao Serviço Social são predominantemente apresentadas por mulheres.

3. AS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS DO GÊNERO NA VELHICE

É relevante pensar o Serviço Social numa perspectiva de gênero para se compreender a evolução da construção dos papéis sociais do homem e da mulher e a origem das diversas formas de desigualdades que foram culturalmente construídas entre ambos no decorrer da história. A terminologia gênero abrange o papel social, a conduta, as atribuições culturalmente impostas, reproduzidas e esperadas de homens e mulheres em sociedade (STREY, 2004). A mesma visão é compartilhada por outros estudiosos do mesmo tema, ao afirmarem que,

Gênero é uma categoria analítica, dentro da qual os seres humanos pensam e organizam sua atividade social, e não vem a ser uma consequência natural da diferença sexual. É uma variável social atribuída a pessoas, de diferentes maneiras, variando de cultura para cultura. Tal conceitualização de gênero implica em que o seu significado nunca é dado, mas varia de acordo com específicos quadros culturais e históricos, e que seu significado é subjugado a um ininterrupto combate discursivo e negociação. Esse combate sobre significado não é um simples “debate” pluralístico de igualdade, mas contém sistemas de referência. Ele é circunscrito por forças de relações econômicas e étnicas existentes, e pelo fato de que, virtualmente, em todas as culturas seja lá o que for pensado como viril, é mais altamente valorizado do que seja lá o que for pensado como “feminil” (HARDING, 1986, p. 18).



As relações de gênero estão presentes na sociedade através dos papéis sociais, atitudes, comportamentos e valores atribuídos tipicamente aos homens e às mulheres. Tendo em vista que um dos enfoques deste estudo foi investigar como a perspectiva de gênero se expressa na velhice, a discussão aqui apresentada buscou aprofundar e lançar um olhar sobre as experiências e mudanças ocorridas na vida de mulheres idosas. Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a proporção de pessoas idosas do sexo feminino é superior ao sexo masculino pois no Brasil as mulheres vivem, em média, oito anos mais que os homens. Na expectativa de vida populacional existe, portanto, uma desigualdade de gênero.

Por determinações biológicas e culturais, homens e mulheres vivem e envelhecem de formas distintas. Sendo a velhice um fenômeno crescente entre as mulheres, faz-se necessário aprofundar o conceito de gênero. Em estudos acerca deste conceito, constata-se que gênero e sexo possuem definições distintas. Enquanto ao sexo estão atribuídas as características biológicas que definem o ser homem ou o ser mulher; *gênero* é a construção histórica, social e cultural de cada um ao longo dos tempos, independente da civilização a qual se possa pertencer.

As idosas de hoje construíram suas vidas sob a forte influência da sociedade patriarcal, que limitava os espaços ocupados pela mulher na família, na sociedade, na legislação de direitos. Em tal configuração, enquanto o homem construiu sua participação voltada para a vida pública através do trabalho diário externo a casa, a representação social da mulher era reduzida, pois, sua atuação restringia-se ao âmbito privado. As ocupações no lar e relativas à família são consideradas e determinadas culturalmente como funções e “obrigações” femininas. Em um contexto de visíveis mudanças, no que se refere à participação da mulher na sociedade, observa-se que a igualdade e a efetivação dos direitos femininos ainda são partes de um processo em construção.

Ao analisar diferentes civilizações e períodos históricos, constata-se que o tratamento desigual entre o homem e a mulher começou na própria história da humanidade. Ocupando o espaço público de forma preferencial o homem constituiu-se como centro do poder, do conhecimento, das grandes decisões econômicas e políticas, ficando a mulher reservada ao espaço privado (a casa), ou seja, à margem das grandes resoluções externas à vida do lar. A diferente ocupação desses espaços pelo homem e pela mulher instituiu histórica e culturalmente a subordinação da mulher ao homem, ficando, assim, prejudicada a participação social feminina ao longo dos tempos (ARIÈS, 1981).



4. A LEGITIMAÇÃO DO GÊNERO FEMININO NA CONQUISTA DE DIREITOS

No Brasil, a partir dos séculos XVII e XVIII, amplia-se a participação feminina nas indústrias têxteis de tecelagem e confecção, mas, nas áreas mais privilegiadas, como na medicina e no direito a participação era restrita. Nessas áreas era necessário possuir maior conhecimento intelectual. Como a mulher não era apoiada a estudar, essas eram áreas incentivadas e exercidas quase que exclusivamente pelos homens.

Ao se analisar a forma de organização do trabalho imposto pelas indústrias, constata-se que ela se caracterizou pelo ritmo prolongado em sua jornada diária, pela disciplina e intensa produção. O controle hierárquico de todo esse processo de trabalho era realizado por homens. A mulher participava apenas do processo produtivo, pois, o esmero e a habilidade manual eram considerados qualidades peculiarmente femininas, enquanto que atividades de chefia e lideranças centravam-se no homem. A mão-de-obra feminina sempre foi discriminada através da execução de atividades de pouco prestígio, maior precariedade e menor gratificação (PERROT, 1995).

Na década de 1930, entre as lutas do operariado brasileiro por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pelo repouso remunerado, situou-se a causa da ampliação dos direitos de cidadania feminina, tendo resultado a instituição, pela Constituição Federal de 1934, do direito da mulher votar e ser votada (BRASIL, 1934). As mulheres com isso começaram a participar ativamente da vida pública. A partir desse período, pouco a pouco, as reivindicações femininas começaram a ser atendidas. Além de votar, as mulheres conquistaram o direito de ingressar nas instituições de ensino, garantindo assim sua inserção e reconhecimento social. A ampliação dos direitos civis à cidadania feminina deu-se somente na década de 1960, através da criação da Lei 4.121, de 1962 e Lei 6.515, de 1977 através do Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1962 e 1977), que conferiu à mulher total capacidade de decisão, pois, até então, as mulheres não eram consideradas autônomas do marido, necessitando obrigatoriamente da permissão deste para trabalhar, sendo julgadas incapazes de decidirem por si próprias e pelos filhos.

A partir de 1970, com o controle da natalidade, o aumento da expectativa de vida e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, há um aumento significativo da participação feminina nas atividades econômicas, conquista essa que garantirá a sua independência financeira do homem. Nas décadas seguintes a mulher que até então tinha sua imagem associada apenas à manutenção da vida privada, passa, assim como o homem, a ter participação na vida pública, mostrando ser possível administrar tanto a vida familiar como a vida profissional de forma concomitante.

Na cultura contemporânea, os papéis sociais do homem e da mulher tornaram-se menos rígidos, alterados pelas mudanças ocorridas nos modos de produção que deram



origem à era industrial, trazendo como marco positivo a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho. As transformações do mundo moderno implicaram também em significativas mudanças na forma de organização das famílias, sobretudo, através do menor número de filhos entre os casais. O antigo acordo entre os gêneros, imposto pelos dogmas da cultura patriarcal, flexibilizou-se. Os papéis definidos, por essa época, para as mulheres donas de casa, mães e esposas e os homens provedores do lar modificaram-se.

Na medida em que as mulheres decidiram circular no espaço público, elas descobriram, nele, outras possibilidades de satisfação e realização pessoal através da sua participação em postos de trabalho, onde era possível produzir e recriar infinitas alternativas que as tornariam pessoal e economicamente emancipadas do sexo oposto. É o que demonstra Louro, ao afirmar que, “o conflito entre trabalho e lar, tão valorizado recentemente, está sendo superado pelo reconhecimento das necessidades de realização pessoal através do trabalho e cooperação entre os cônjuges” (LOURO, 1987, p. 121).

Para se chegar a esse novo contrato social que prescreve a igualdade entre homens e mulheres em ambos os espaços (público e privado) foram necessárias mudanças de valores culturais e pessoais em cada um, mas, também, uma transformação jurídico-política e social, através da revisão das leis que regem a vida em sociedade, que criadas ao longo dos séculos em favor do homem, não conferiam à mulher o exercício do pátrio poder. Essa evolução beneficiou e legitimou a mulher, pois a sociedade atual a reconhece como cidadã de direitos e não só de deveres. Com a Constituição Federal de 1988, as mulheres brasileiras casadas deixaram de ser consideradas apenas “colaboradoras” do marido, passando a exercer de forma igual sua cidadania no que se refere às decisões conjugais. Além de reconhecer a igualdade entre os gêneros na família, a Constituição de 1988, em seu Artigo 362, ampliou o conceito de família ao determinar que “a família, constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, baseadas na igualdade entre o homem e a mulher, terá a proteção do Estado” (BRASIL, 1988).

Strey (1999) ressalta que admissão da mulher no mundo do trabalho tornou possível a conquista de seus objetivos pessoais e profissionais, conferindo-lhe autonomia nas decisões sobre si própria. Através do exercício profissional, a mulher permitiu-se conhecer outras formas de realização, as quais hoje ultrapassam os limites domésticos. Todavia, frente à realidade socioeconômica de muitas famílias no país, há de se considerar que a crescente participação da força de trabalho feminina não está associada apenas a fatores culturais, mas a fatores econômicos, uma vez que o ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho também é atribuído à queda do poder aquisitivo das famílias brasileiras, sendo, nestas situações, o trabalho feminino considerado um complemento para a renda mensal do grupo familiar.



Em diferentes postos de trabalho, a presença feminina é definitiva e cresce constantemente, até mesmo naqueles ambientes profissionais mais rígidos e obstaculizados, que, antes, possibilitavam o ingresso apenas dos homens. Sabe-se que em alguns espaços em que são oferecidos postos de elevado poder hierárquico, quando ocupados por mulheres, ainda perdura uma forte ideologia que resiste em admitir a igualdade profissional entre os sexos. Essa realidade torna-se ainda mais evidente, quando se observa a disparidade de salários pagos a homens e mulheres para o exercício das mesmas funções. Pode-se constatar que, ao longo dos tempos, as conquistas femininas deram-se de forma coletiva, portanto, elas não são mérito de uma única mulher, mas das mulheres em geral, que se uniram e reivindicaram direitos. Abrindo novos espaços, demonstraram capacidade para romper com a imagem histórica e culturalmente imposta, que, por um longo período, negou sua participação e legitimação na sociedade.

As conquistas e a libertação feminina, asseguradas nos dias atuais, são resultado de um processo histórico, social e cultural demorado, mas persistente. A legitimação da autonomia e cidadania feminina é uma trajetória ainda em andamento, pois no cotidiano as mulheres ainda são vistas manifestando-se, através de movimentos e associações, em busca de novas conquistas que as possam levar a avançar em suas reivindicações, a superar estereótipos que histórico e culturalmente estiveram associados à sua imagem e função social, promovendo constantes reflexões acerca da condição feminina hoje (SCOTT, 1992; STREY, 1997).

Quando se pensa na independência, autonomia e *status* conquistado pelas mulheres na sociedade moderna, não se pode deixar de levar em conta que o êxito atribuído ao sexo feminino não é algo comum à maioria, caso sejam consideradas algumas variáveis socioeconômicas e culturais, como classe social e etnia. No contexto atual, a inserção feminina, numa perspectiva de classe, muitas vezes, determina e encaminha milhares de meninas adolescentes das regiões periféricas dos grandes centros urbanos à prostituição, levando-as, dessa forma, a reproduzir a subordinação feminina que marcou a trajetória das mulheres no passado.

5. OS RESULTADOS DA PESQUISA

O fenômeno do envelhecimento demográfico vem se acentuando gradativamente no Brasil. As novas concepções e características próprias dessa fase transformam a experiência do trabalho e da aposentadoria um momento cada vez mais atingível entre os gêneros. A pesquisa investigou como se processa a passagem da condição de trabalhador ativo a trabalhador aposentado e que ressignificados dão às suas vidas homens e mulheres



idosos(as) na aposentadoria.

O método dialético-crítico norteou a pesquisa, ressaltando-se às categorias de análise: totalidade, historicidade e contradição. Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada e a observação assistemática (CURY, 2000). Por se tratar de um estudo de gênero, foram entrevistados 60 (sessenta) sujeitos, sendo 30 (trinta) homens e 30 (trinta) mulheres, na faixa etária dos 60 (sessenta) a 96 (noventa e seis) anos de idade as mulheres e dos 66 (sessenta e seis) a 80 (oitenta) anos de idade os homens. Todos(as) aposentados(as) por tempo de serviço, pertencentes a diferentes realidades sociais, econômicas e culturais e residentes no meio urbano do município de Porto Alegre/RS. Na avaliação dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, com base em Gagneten (1987).

O estudo revelou que, entre os homens, o desligamento do trabalho, o distanciamento das amizades conquistadas nesse ambiente e o reconhecimento de seu valor produtivo são os rompimentos mais identificados, considerados como perdas inevitáveis que chegam com a aposentadoria. Entre as mulheres idosas entrevistadas, o desligamento do trabalho foi enfrentado sem grandes traumas ou sofrimento, não sendo associado a um problema existencial, mas, a possibilidade de reorganização da vida e definição de novos objetivos.

Para ambos os gêneros, a perda de amigos e parentes próximos reduz o círculo de amizades, fazendo com que muitos idosos se sintam solitários, retraídos ou isolados, pois, na maioria dos casos, os descendentes possuem seus afazeres cotidianos próprios e o idoso nem sempre está incluído nos objetivos ou prioridades da família. Entre as conquistas da velhice para ambos os gêneros destacam-se: aposentadoria, experiência de vida, tempo livre, a possibilidade de tornarem-se avós, autoconhecimento, recasamento, voluntariado e o retorno aos estudos. Como desafios da velhice constataram-se: viuvez, solidão, surgimento de doenças e a dificuldade de locomoção.

As estratégias de enfrentamento para a reorganização dos planos e projetos de vida e do cotidiano são múltiplas e estão relacionadas com a situação socioeconômica de cada idoso (a). Essas realidades distintas vividas entre os idosos (as) contribuem para que as fases da velhice e da aposentadoria sejam processos de intensas mudanças, em que a sua aceitação e a sua adaptação dependerão da maneira como cada um optou por vivenciá-las.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento é um processo diferenciado entre os gêneros, pertencente a uma mesma cultura ou de culturas diferentes. Para compreender tais diferenças, é preciso considerar cada época histórica e cada contexto social onde a velhice é vivida. Nesse sentido, o homem em qualquer etapa da vida deve ser compreendido na totalidade da conjuntura e estrutura social onde está inserido. Deve ser considerada toda a bagagem histórica que o constitui.

A sociedade estigmatiza o idoso, retratando a velhice através de atributos depreciativos como se o mesmo tivesse alienado no tempo. Constatou-se através dos pesquisados que, mesmo na velhice, os comportamentos, valores e atitudes são repensados por homens e mulheres. Alguns são até superados e considerados ultrapassados pelos próprios idosos. Tal fato se evidenciou através das falas de homens e mulheres idosos ao revelarem seu ponto de vista acerca de temas como: velhice, aposentadoria, os novos papéis atribuídos aos gêneros, cotidiano, relações sociais e família. As revelações sustentam um discurso de harmonia com os novos tempos, se comparados, ajustam-se com a maneira de pensar e agir de muitos jovens.

Reverendo como se deu a inserção da mulher, através dos tempos, em diferentes espaços e especialmente no mercado de trabalho, compreende-se que sua presença quase imperceptível na história foi influenciada pelo conservadorismo da sociedade patriarcal, que ainda dita valores e atitudes à mulher. Quaisquer outras formas de participação e legitimação feminina, se não aprovadas, eram contestadas, tornando-a alvo de discriminação por transgredir os padrões convencionais de comportamento da sua época. É plausível afirmar que, no transcorrer dos anos, houve uma transformação cultural na sociedade, que levou à mudança de atitudes, comportamentos, hábitos, normas e valores tidos como tradicionais, os quais se flexibilizaram em relação aos valores rígidos do passado e com o ciclo de autoritarismo e soberania masculina nas relações de gênero.

A trajetória da mulher, permeada, sobretudo, pela tutela e controle masculino, fez com que ela mesma, por muito tempo, não vislumbrasse outro estilo de vida, senão a adaptação e reprodução das atribuições que lhe foram definidas culturalmente. Acredita-se, portanto, que, independente da sociedade, época histórica ou cultural, nas relações de gênero, explícita ou implicitamente, está presente a relação de poder, as quais são hierarquicamente ou “sutilmente” construídas na vida cotidiana, seja com o propósito de manter o bem-estar da estrutura familiar ou promover a ordem social.

No tocante a aposentadoria, quando enfrentada pelo homem, em geral se traduz em solidão, desamparo e desorganização, no que diz respeito ao domínio do espaço privado com o qual nunca se envolveu. A tendência masculina em optar pelo recasamento (quando



viúvo e aposentado) está diretamente ligada a essas dificuldades. A mulher idosa, ao contrário do homem, descobre através da aposentadoria a possibilidade de um novo ritmo e estilo de vida jamais vislumbrado antes, pois interage mais socialmente. As idosas mesmo as viúvas, saem mais, se divertem, conhecem outros parceiros sem a pretensão de recasarem-se, pois, a experiência que possuem, está relacionada com uma série de responsabilidades que já não fazem mais parte de sua vida. A aposentadoria faz as idosas despertarem para uma nova vida, até então, desconhecida, mas, repleta de expectativas, de sensações desconhecidas, que é conquistada através da possibilidade de viver como desejar. Ao estudar o envelhecimento e relacioná-lo com as questões de gênero, há de se considerar que, assim como a maneira que se opta em viver a velhice, a aposentadoria é uma experiência ímpar para homens e mulheres idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. LTC Editora. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1934**.
- _____. **Constituição Federal de 1962**.
- _____. **Lei nº. 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.
- _____. **Constituição Federal de 1977**.
- _____. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a Lei do divórcio.
- _____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAMARANO, A. A. (org.) **Os novos idosos brasileiros**. Muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una Metodologia de Sistematización de la Práctica**. Buenos Aires: Humanitas, 1987.
- HARDING, S. **The science question in feminism**. London: Cornell University Press, 1986. (Tradução).
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Diretoria de Pesquisas; Departamento de População e



Indicadores Sociais. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000 a 2008**, Rio de Janeiro, 2008. Acesso: www.ibge.gov.br.

LOURO, L. de A. **O assistente social: os limites de sua consciência possível**. Rio de Janeiro, 1987.

MONTAÑO. C. E. A. **Natureza do Serviço Social**. Cortez, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p.241-257, 1998. Semestral.

PERROT, M; DUBY, G. **As mulheres e a história**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

SCHNORR, Ruthe Corrêa da Costa. **O Cotidiano de Trabalho na Terceira Idade: uma realidade em questão**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

SCOTT, J. Histórias das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

STREY, M. N. A mulher, seu trabalho, sua família e seus conflitos. In: STREY, M. N. (Org.). **Mulher. Estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

_____. Mulher e trabalho. In: STREY, M. N. (Org.). **Gênero por escrito**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

YASBEK, M. C. **O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira**. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social, (org) Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – Gestão 2002-2005. São Paulo: O Conselho, 2004, p. 13-29.